



## **ESPAÇO DE TRANSIÇÕES: TRÊS DÉCADAS DE NOVA PETROLÂNDIA PÓS-BARRAGEM DE ITAPARICA**

*TRANSITION SPACE: THREE DECADES OF NEW PETROLÂNDIA AFTER  
ITAPARICA DAM CONSTRUCTION*

*ESPACIO DE TRANSICIÓN: TRES DÉCADAS DE NOVA PETROLÂNDIA DESPUÉS  
DE LA REPRESA DE ITAPARICA*

**Milena Barros Gomes <sup>(1)</sup>**

<sup>(1)</sup> Geógrafa pela UFPE e mestra em Desenvolvimento e Meio ambiente também pela UPFE. Pesquisa questões agrárias e urbanas. Atua como professora do ensino básico do fundamental ao médio.. E-mail: [milenabarros@gmail.com](mailto:milenabarros@gmail.com)



## Resumo

Este trabalho é resultado de uma dissertação apresentada junto à pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em março de 2018 e teve como motivação retratar estudar as relações de trabalho no contexto da reconfiguração rural-urbana que tem proporcionado mudança no território e no ambiente da população de Petrolândia no submédio São Francisco após a construção da barragem de Itaparica em meados da década de 1980. Assim, numa perspectiva que converge para muitas questões, disciplinas e conceitos, este trabalho teve um viés teórico-metodológico que relaciona trabalho e território. A metodologia partiu de uma perspectiva predominantemente qualitativa com alguns aportes quantitativos que complementaram o entendimento da realidade estudada, para o que, por entrevistas realizadas, escutaram-se as pessoas. Constatou-se que as formas de trabalho no campo foram “atualizadas” para um modo que agrega mais tecnologia e, teoricamente, mais acesso e oportunidades pelo “novo” contexto ambiental da área com a implementação da irrigação. No entanto, continuou-se a conservar velhas hierarquias e relações de poder que acentuam as desigualdades inerentes ao mundo economicamente globalizado.

## Palavras-chave

Trabalho. Território. Barragem.

## Abstract

This work is the result of a dissertation presented on master's program in Development and Environment at Federal University of Pernambuco (UFPE) on march of 2018 and aimed to study the labor relations in the context of rural-urban reconfiguration, providing territorial and environmental changes on Petrolândia's population on sub-medium São Francisco after the construction of Itaparica dam in the mid-1980s. So, in a perspective that converges to many questions, disciplines and concepts, this study had a theoretical-methodological bias that relates labor and territory. The methodology mainly holds a qualitative perspective, with some quantitative contributions that complemented the understanding of the studied reality through interviews where the local population was heard. It was observed that the ways of working on the ground have been “updated” to a way that adds more technology and, theoretically, more access and opportunities by the new environmental context of the area with the implementation of irrigation. However, old hierarchies and power relations have been preserved, accentuating the inequalities inherent in the economically globalized world.

## Keywords:

Labor. Territory. Dam.

## Resumen

Este trabajo es el resultado de una disertación presentada en el curso de posgrado en Desarrollo y Medio Ambiente en la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE) en marzo de 2018 y se propone a retratar las relaciones de trabajo en el contexto de la reconfiguración rural-urbana que ha proporcionado cambios en el territorio y en el ambiente de la población de Petrolândia en el submedio São Francisco, tras la construcción de la represa de Itaparica a mediados de la década de 1980. Así, en una perspectiva que converge para muchas cuestiones, disciplinas y conceptos, este trabajo tuvo un abordaje teórico-metodológico que relaciona trabajo y territorio. La metodología partió de una perspectiva predominantemente cualitativa con algunos aportes cuantitativos que complementaron el entendimiento de la realidad estudiada, por lo que, a través de entrevistas realizadas, se escuchó a las personas. Se constató que las formas de trabajo en el campo fueron "actualizadas" para un modo que agrega más tecnología y, teóricamente, más acceso y oportunidades por el "nuevo" contexto ambiental del área con la implementación del riego. Sin embargo, se continuó conservando viejas jerarquías y relaciones de poder que acentúan las desigualdades inherentes al mundo económicamente globalizado.

## Palabras clave:

Trabajo. Territorio. Represa.

## Introdução

**A**s questões das pequenas cidades, especificamente, daquelas que se acham localizadas no interior dos estados do Nordeste são levantadas, inevitavelmente, com um estereótipo de atraso, subdesenvolvimento, dependência e situação física atípica do ambiente. Sem negar a existência destas constatações precoces, existe a inquietação da imagem do local ser perpetuada em diversos âmbitos da sociedade.

Não fazia parte daquele lugar os retirantes maltrapilhos, a predominância de uma vegetação maltratada e seca permanentemente, nem quaisquer sinais de que existira ali uma inferioridade em relação a outras cidades e diferentes regiões. As inquietações aumentavam, como, por exemplo, sobre qual o motivo pelo qual a antiga Petrolândia teve de ser inundada em detrimento de outra sociedade. O que é diferente? Por quê?

Petrolândia está localizada às margens do lago de Itaparica. Aproximando-se pela BR 316 após o município de Tacaratu, avista-se a Igreja do Sagrado coração de Jesus que ainda se acha de pé desde a inundação da cidade, parcialmente submersa. Tratava-se da Igreja da área rural do município, conhecida como Barreiras. Até os dias de hoje o atual projeto de irrigação Apolônio Sales é chamado pela população como Barreiras fazendo referência ao antigo lugar.

Historicamente, o povoamento do Nordeste ocorreu também em consonância com a expansão das atividades econômicas de que o processo de colonização necessitava. De acordo com Andrade (2005), a dinâmica territorial desta área teve seu início quando

Carreou para o sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas não puderam integrar-se na famosa civilização da Casa grande e da Senzala. (ANDRADE, 2005, p. 198)

O que impactou consideravelmente nas relações de trabalho no âmbito do contexto ambiental tecido pelas inter-relações rural-urbanas. O trabalho como fator produtor do espaço pode ser identificado quando se constata que, no estado de Pernambuco, precisamente, “[...]nos fins do século XIX, pelos mesmos motivos que ocorreram no Agreste, a agricultura tomou, com o surto algodoeiro, rápido desenvolvimento no sertão” (ANDRADE, 2005, p.193), suscitando, nesta área, cultivos e disputas diversas, tendo a proximidade com o rio São Francisco desempenhado papel relevante.

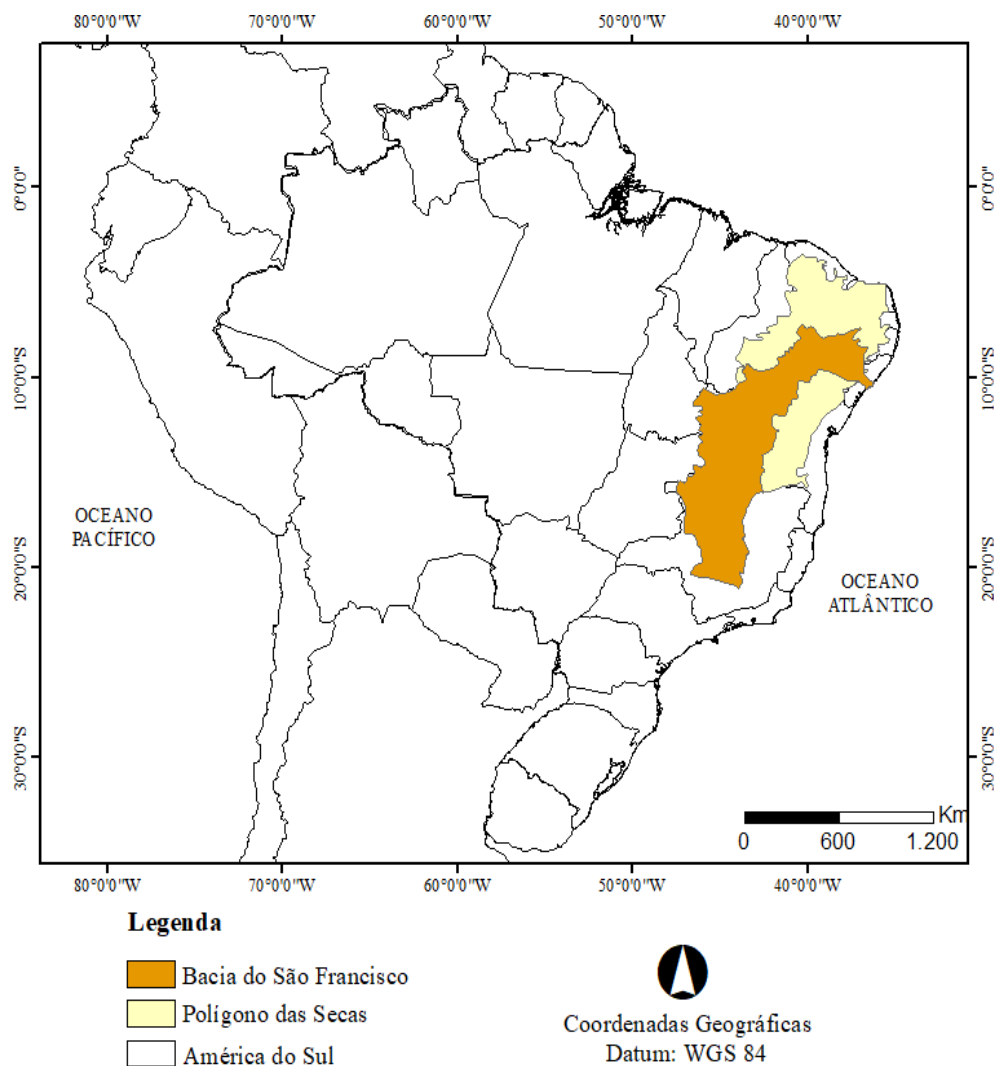
O povoamento desta região se deu, como em qualquer espaço ligado à dinâmica econômica do mundo sob o modo de produção capitalista, mediante conflitos de interesses entre

exploradores e indígenas, mais intensamente depois que o governo olindense ordenou as entradas para criações de gado nas áreas próximas ao rio São Francisco (ANDRADE, 2005).

Esta proximidade territorial histórica das pessoas com o rio, por si só, já constitui um fato que não pode deixar de ser levado em conta quando se começa a elaborar projetos para reorganizar o uso das suas águas.

Estes conflitos tiveram novas configurações, passando por processos de transformações no espaço e no tempo, perdurando até os dias atuais em território e ambiente semelhantes no que diz respeito à lógica do seu acontecer histórico, replicando-se na bacia hidrográfica deste rio (Figura1).

**Mapa 1: Bacia Hidrográfica do São Francisco em território nacional e o chamado Polígono das secas.**



Fonte: ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Recife. Elaboração: Jadson Freire (2017).



Petrolândia, área objeto desta pesquisa, teve seu início como um espaço de bebedouro de animais onde havia currais, fonte principal de subsistência no lugar afetado por secas sazonais e habitado por índios da etnia Pankararu. A partir de meados do século XIX durante expedições do imperador D. Pedro II, a área ganhou um porto fluvial e uma ferrovia os quais viriam a caracterizar o antigo município, fazendo-o crescer e atrair a população.

A população essencialmente agrária, mas encontrando-se no âmbito de uma linha tênue entre seus limites rurais-urbanos, passou junto a outros sete municípios por um violento processo de mudança territorial ligada a grandes projetos de irrigação. Com efeito, a construção das Usinas Hidrelétricas no submédio São Francisco reconfigurou esta área em diversos aspectos, principalmente, ambientais com o agravamento de conflitos por terra entre posseiros, arrendatários e indígenas.

## **Problemática**

As intensas mudanças desde a construção das usinas hidrelétricas do Vale do São Francisco pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e a implementação de projetos de irrigação pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) faziam parte do modelo desenvolvimentista de geração de energia em grande escala, que veio, segundo Vianna (1994), da referência dos Estados Unidos onde, na década de 1930, foram realizadas intervenções visando ao aproveitamento do rio Tennessee. Em torno deste rio foram construídas 29 barragens e formados lagos em uma região que abrangia sete diferentes estados e sofriam com enchentes periódicas. Tais obras atingiram a população predominantemente agroflorestal que passou a engrossar o operariado das fábricas.

Para a grande potência que se tornara o país, este era o modelo de desenvolvimento a ser realizado e copiado, também, nos países em desenvolvimento – sob custódia e empréstimos – a fim de galgar espaço, promovendo energia elétrica barata para que suas empresas se instalassem ao redor do mundo a baixo custo, possibilitando, assim, elevar a obtenção de lucro.

Com a criação da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), em 1948, foram elaborados os planos de reorganização do espaço para a regularização do curso do rio São Francisco visando a melhoria do aproveitamento das suas águas. Associava-se a este propósito um conjunto de outros, ou seja, a prevenção da construção de estradas, hidrelétricas e a implementação de saneamento rural e urbano. O que foi inviabilizado pelo Estado desenvolvimentista.



A mudança territorial em Petrolândia - da anterior para a nova área - ocorreu em um local próximo ao antigo município, o que aconteceu por razões políticas, diferente de outras realocações. O que ocorreu em função do ativismo dos moradores locais. Mesmo assim, a modificação do ambiente trouxe também uma ruptura de relações interpessoais e territoriais. As implicações desta reconfiguração espacial e como ela ocorreu, serão relatadas adiante.

Em 1967 a CVSF foi substituída pela SULAVE (Superintendência do Vale do São Francisco), ambas responsáveis, ainda de acordo com Vianna (1994), pela construção da infraestrutura do Vale do São Francisco como as usinas termoelétricas e hidrelétricas, as linhas de transmissão e redes de distribuição de energia, estradas, pontes, aeroportos e campos de pouso, adutoras, poços e sistemas de abastecimento de água.

Posteriormente, em Petrolândia, a CVSF implementou a mecanização agrícola instalando postos de irrigação e incentivou a irrigação privada com o financiamento de motobombas em uma prática já conhecida dos agricultores locais que utilizavam métodos de inundação e sulcos.

Paralelamente à criação da CVSF, a CHESF começou a funcionar em 1948, e até 1970 as usinas hidrelétricas (UHES) Paulo Afonso I e II já estavam concluídas.

De acordo com o estudo de aproveitamento do rio, além de Paulo Afonso ser um ponto estratégico devido à presença de quedas naturais de água, era preciso construir um reservatório acima (a montante) a fim de viabilizar ainda mais os setores produtivos ligados à industrialização.

Foi então que rapidamente foi executado o projeto da barragem de Sobradinho que desalojou cerca de 70 mil pessoas com indenizações irrisórias através de um desastroso reassentamento mal planejado e sem a participação da população no processo.

O complexo de Paulo Afonso compreendia a construção das UHES Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (ex-Moxotó, próxima e interligada à Paulo Afonso), Xingó e Itaparica. Após Sobradinho, a prioridade recaía sobre Xingó devido a características técnicas (a queda natural do rio e seu aspecto encaixado nos paredões de um grande desfiladeiro proporcionam um melhor aproveitamento energético); e custo menor de desapropriações. *Mas em seu lugar foi construída, primeiramente, Itaparica que desalojava muito mais gente e inundava até sedes e vilas dos municípios.* Isso porque os técnicos avaliaram que os custos relativos às desapropriações tenderiam a crescer muito com o passar dos anos, encarecendo a construção. (VIANNA, 1994, p. 19).

Conhecendo, já naquele momento, as consequências sofridas pela sociedade local em Sobradinho, a população do submédio São Francisco começava a organizar-se na busca por seus direitos à terra. Disto, então, resultou a pressa da CHESF em construir Itaparica –



coincidindo com o período do “milagre econômico” – que serviu a instalação de várias indústrias no Nordeste, requerendo cada vez mais energia para a região.

Depois do represamento do rio, foi iniciada a implantação dos projetos de irrigação pela CODEVASF, quando as famílias estavam reassentadas ou em processo de reassentamento num momento de tensões sociais estabelecidas. Ver-se-á adiante que, com muito atraso, a irrigação chegou a todos os lotes e algumas pessoas que conquistaram o direito de ter acesso a essa terra não viveram o suficiente para ver seus lotes irrigados.

Vivia-se naquele período, um contexto de uma economia que crescia associada à ideia do Estado que cada vez mais intervinha no território a fim de consolidar a regulação da sociedade brasileira. Isso acontecia sem considerara proximidades das pessoas com relação ao rio e sem diálogo, desmantelando a complexidade inerente aos seus ambientes de existência.

Segundo Araújo (2000), tratava-se do estado-fazedor, ou seja, que dava

[...] pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado assumisse uma postura de fazedor e não de regulador. [...] A tradição de que público é governo, público é governamental, é uma tradição muito forte na sociedade brasileira, e isso leva a que só haja –quando há – políticas públicas governamentais. (ARAÚJO, 2000, p. 263)

O que acontecia, entretanto, sem a preocupação de proteger a coletividade social através de um Estado social, o qual, ainda, para Araújo (Araújo, 2000, p. 263), “requer o diálogo entre governo e sociedade civil, e nós não temos a tradição de fazer isso. É um Estado autoritário”.

Neste contexto, Petrolândia e os demais municípios afetados pelos grandes projetos sentiram os efeitos das diversas consequências de tais intervenções inconsequentes.

Ainda de acordo com Vianna (1994), a orientação norteadora vinculada a “ordens distantes” era a de se utilizar das áreas irrigadas como o espaço da agricultura comercial, de mercado e agroindústria, contrariando a lógica da “ordem próxima” ligada às necessidades da existência das pessoas.

Toda esta dinâmica desencadeou mudanças significativas que concebiam as novas técnicas de manejo dos solos e as novas culturas de irrigação como um novo foco de expansão da economia moderna. Em Petrolina, por exemplo, houve um forte crescimento do setor de produção de frutas.

No processo de reassentamento e estabelecimento dos grandes projetos de irrigação, formou-se, paralelamente, o pólo sindical na região. Criado em 1979, este foi de grande importância para que não se repetissem os dramáticos feitos nas vidas das populações atingidas pela barragem de Sobradinho.





Unificando em torno da causa, referente ao direito à terra, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e sem-terra, formou-se a base original do pólo que compreendia um nó de interesses oriundos dos municípios de Tacaratu, Inajá, Ibimirim, Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco na margem pernambucana; e Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macururé, Chorochó e Abaré na margem baiana.

Face a CHESF, ao Banco Mundial e ao poder local, o pólo também logrou consolidar o papel de mediador dos trabalhadores rurais. As ações relativas ao reassentamento dos atingidos marcaram sua atuação, com uma série de conquistas para um amplo segmento do campesinato, e determinou sua consolidação e atual configuração. Esse trabalho, ao longo dos anos, cresceu em ações e em estrutura de apoio por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. (VIANNA, 1994, p. 31).

A formulação de uma contra política que partiu da demanda dos camponeses resultou na conquista inédita de 110 agrovilas com lotes irrigados e áreas de sequeiro. O projeto Borda do Lago de Itaparica, em Petrolândia, com área total de 5.712 ha foi dividido em 1.723 lotes de 1,5 a 6 ha, composto de duas subáreas, Barreiras e Icó Mandantes, que abrange uma área de 3.030 ha, dividida em 941 lotes e 16 agrovilas.

Embora Vianna (1994) tenham relatado que os projetos de irrigação das agrovilas estavam atrasados em 1993, mas com perspectiva de serem concluídos em 1994; tivemos em campo a comprovação de que algumas famílias esperaram 13 anos vivendo com menos de um salário mínimo não reajustável, como auxílio da CHESF, a chamada verba de manutenção (VMT). Tais atrasos contribuíram, na realidade, para certa postura de acomodação e/ou fragmentação da mobilização social.

No início de 1994, quando parte dos projetos de irrigação para os atingidos entrou em operação, mais um problema se colocou ao trabalho do Pólo Sindical: a diferenciação entre os reassentados. Antes, todos se uniam em torno da luta para obter a irrigação; agora, devido aos atrasos e às descontinuidades na implantação dos projetos, a situação é mais complicada. Alguns agricultores estão trabalhando em seus lotes com irrigação, enquanto outros estão parados nas agrovilas. (VIANNA, 1994, p. 37)

Segundo dados da CHESF, produzidos em levantamentos realizados antes do deslocamento da população da área afetada pela barragem de Itaparica (1984), dos 4.409 chefes de família entrevistados, cerca de 80% estavam na condição de ocupados sendo que 60% pertenciam à classe da população ativa e os 20% restantes eram aposentados realizando outra atividade.

Percebe-se que o nível de ocupação dos chefes das famílias realocadas era muito elevado, uma vez que os residentes na margem baiana tinham os chefes ocupados (ativos e aposentados), atingindo 97% do total dos chefes contra 3% para o caso de Pernambuco.

Ainda de acordo com os dados levantados pela CHESF em 1984, observou-se que 39% do total dos chefes de família eram proprietários das terras que cultivavam. Por outro lado, 42%





destes tinham acesso à terra através de contratos de parceria e quase 6% eram arrendatários. Destaca-se ainda, que outros 7% acessavam a terra através de mecanismos de cessão ou de arrendamento feito a terceiros. Os assalariados perfaziam um total de apenas 6% dos chefes de família da área.

Como apontava Viana (1986), em referência ao semiárido da década de 1980, o trabalho que era realizado nas unidades produtivas era expresso por homens-dias por ano. Ali o trabalho familiar representava mais de um terço da força de trabalho, o que foi substituído pelo trabalho assalariado, seguido da parceria.

Deste modo, as relações de produção foram tornando-se cada vez mais capitalistas como uma tendência comum de acompanhamento das mudanças na economia influenciando nos ambientes tecidos a partir dos territórios. No entanto, as relações de trabalho familiar x trabalho assalariado x parceiros não se desmantelaram por completo. Entendemos que aquela era de fundamental importância para as pequenas unidades produtivas, o que caracterizava “a existência de um sistema bimodal em que os minifúndios se aproximam do clássico modelo camponês-proprietário-familiar, para sua variabilidade e subsistência, tornando-os dependentes dos latifúndios paulatinamente capitalistas” (VIANA, 1986, p. 46). Isso porque os maiores sempre buscavam mão- de-obra dos menores.

Para Scott (2009), os reassentados que almejavam reconstruir as suas vidas, mal se qualificavam como fazendo parte de qualquer projeto de desenvolvimento, apesar da propaganda da CHESF ter anunciado que os atingidos mudariam “para melhor” e com este processo fariam agricultores de quem era assalariado ou posseiro, ou seja, sem terra.

Na contabilidade da CHESF, o seu projeto marcava o mais alto custo por reassentados no tempo por causa dos elevados investimentos (inclusive, como dito anteriormente, a disponibilização de uma verba compensatória até poderem produzir nas novas terras). Contudo, como sempre ocorre, este custo era referido com lamurias alegando-se que atrapalhavam a eficiência do custo da geração de energia, segundo Scott (2009).

Muitas terras escolhidas eram imprestáveis para a agricultura, o que acontece quando o Estado não dialoga com os territórios vividos, no entanto, os novos mecanismos vieram a transformar não só o modo de trabalho, mas e principalmente, o ambiente de plantio. Disto, a necessidade de todos os lotes serem irrigados.

Entretanto, os impactos sobre as áreas - urbanas e rurais - não se impuseram de maneira uniforme em todos os municípios, tendo em vista que as inundações foram fracionadas em alguns territórios ou cobriram inteiramente sedes municipais como aconteceu em Petrolândia.



Tais ações agravaram ainda mais as condições precárias de existência das pessoas que, no curso do rio São Francisco, dependiam de suas águas para a sua subsistência, desde sua nascente até à sua foz. A força e a violência desta ação levando à inundação de municípios, como em Petrolândia, reconfigurou, também de maneira rápida, o quadro ambiental na área. O que faz parte da própria lógica da racionalidade capitalista que, no Brasil, por exemplo, des-envolve as pessoas dos seus respectivos ambientes de vida e trabalho.

Com efeito, em vez de desenvolvimento, o que se nota é a implementação de ações voltadas ao crescimento econômico vinculado preponderantemente aos interesses alheios às pessoas do território. Desse modo, como indicou Haesbaert (2012 p. 6776), “é interessante observar que, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica”, ao verificar que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (lar para o nosso repouso), seja como fonte de recursos naturais - matérias-primas que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s). (HAESBAERT, 2012, p. 67)

Assim sendo, atentamos para o fato de que as mudanças no território acarretaram, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, mudanças sociais e ambientais fundamentalmente atreladas às razões econômicas e movidas pelos poderes instituídos. As ações de des-envolvimento agravaram ainda mais, desde a década de 1970, na área em epígrafe, o quadro regional historicamente marcado pelas desigualdades regionais inerentes, como escreveu Castilho (2017), à lógica de produção territorial no Brasil.

No âmbito da subjetividade, não é possível transpor em dados quantitativos todas as implicações das desapropriações ocorridas, no final da década de oitenta naquela região. Todavia, o conteúdo de algumas falas dos trabalhadores entrevistados revela que todo o processo ocorreu desigualmente e com consequências que reverberam até os dias de hoje. Contraditoriamente, Petrolândia é um município que se destaca economicamente em sua área.

## **Resultados e discussão**

O modo de vida dos municípios do Sertão de Pernambuco como ressaltado no início do trabalho era organizado basicamente para a subsistência das pessoas em pequena escala e, majoritariamente, manual.



A discussão que nos propomos a fazer não diz respeito à necessidade de mecanizar o trabalho no sentido de facilitar ou amenizar o peso que carrega a mão-de-obra no campo. Mas, e, sobretudo, refletir sobre a forma como as mudanças são impostas e a quem elas interessam, a quem elas beneficiam e buscar o porquê da forma como afetam e deslocam as pessoas que sempre foram afetados por interesses dominantes.

É no âmbito da concepção de meio ambiente que também buscamos compreender como se dá o cenário das tramas do trabalho na relações urbano-rurais. Entendemos, antes de tudo, que

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. (MARX, 2016, p. 202)

Neste sentido, a subsistência ou a grande produção no campo – paradigmas inerentes ao Sertão pernambucano - acontece perante a integração da sociedade e natureza - alimentada pelas grandes dicotomias que a questão rural lançou e aprofundou no decorrer da história do estado. O que é diferente é a forma através da qual cada um utiliza a natureza.

Tais processos entre a cidade e o campo, seja de convivência, seja de trabalho propriamente dito, vêm se intensificando desde os anos 1990, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Araújo (2000), houve uma virada no modo de vida brasileiro: a população rural passou de 70% para 30%, tornando o Brasil, a partir de então, um país de campos “esvaziados”, corroborando para uma nova configuração de cenários para extração de renda.

O que provocou sérias consequências para as pessoas que tiveram que sair do campo, desprovidos das competências necessárias para viverem na cidade. Isso porque “[...] quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho” (MARX, 2016, p. 201).

Quando as mudanças incorporadas em nome de um desenvolvimento, seja em qual escala for, estimulam as pessoas a adequarem-se mais uma vez ao “novo” meio que lhes cabe ou que lhes é imposto, o trabalho se reconfigura.

E neste ponto, quando a distância entre o ser e o ambiente se estabelece, através dos meios de produção e intermediários na extração de mais valor do labor, isso mexe com a vida e o ambiente das pessoas. Isso porque

[...] quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os



indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética, presente no trabalho, é central quando se pretende compreender o labor humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim ou mesmo da perda de significado do trabalho na contemporaneidade. (ANTUNES, 1995, p. 140)

Tem-se no trabalho, assim, mais que a fonte de renda, ou seja, uma identificação com o território vivido. Em espaços com população atingida por barragens, a destituição do ambiente passa pela reinvenção da própria vida uma vez que ali são afetados os laços construídos e refeitos; mas em outro território, acarretando completa mudança social.

Na complexidade que é entender o trabalho humano, temos

[...] de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grandes proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), tem-se os elementos centrais [...]. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês) desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas e improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe e níveis diferenciados de consciência de classe (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 12)

Uma vez ultrapassada a barreira da territorialidade no reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de Itaparica em Petrolândia, novas ressignificações aconteceram no modo de trabalho no município e, por sua vez, no seu tecido territorial-ambiental. Não incomum, as relações entre os próprios trabalhadores também foram redesenhadas quando da mudança territorial-ambiental

Até do ponto de vista simbólico isso de maneira geral, tem significado especial para os trabalhadores, mas sobretudo, porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho, ou seja, poderemos apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc., a fim de focar a noção de (des)pertencimento de classe. (THOMA JÚNIOR, 2004, p. 12)

Isso foi revelado quando captamos a intensidade das diferenças dos reassentamentos dentro do mesmo território e, portanto, as consequências diretas no mundo do trabalho local.



Mais adiante, ver-se-á que, o trabalho precisou reinventar-se e inventar-se, muitas vezes de maneira precária e irreversivelmente; mesmo diante dos avanços tecnológicos conquistados.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,23%, superando a taxa do estado de Pernambuco, que foi de 1,18%, e a do Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,54% para 71,74%. Ou seja, na década em que estava acontecendo a construção da Hidrelétrica (relembramos que concluída em 1987), na década seguinte, após o reassentamento, a população seguiu, de acordo com o IBGE representando diferenças aproximadas de crescimento tanto no urbano quanto no rural, respeitando suas proporcionalidades. Sendo em 1991 a população rural representando 28,46% e em 2000 uma pequena baixa estando em 28,26% em relação à população total

Entre 2000 e 2010, a população de Petrolândia cresceu a uma taxa média anual de 1,75%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,74% para 72,70%. Em 2010, viviam no município, 32.492 pessoas. A previsão fora de 36.108 habitantes para 2017.

A Tabela 1 mostra as características populacionais gerais na área, revelando, de início que os municípios de Itacuruba e Jatobá são os menores de toda RD tendo menos de 1000 km<sup>2</sup> as duas juntas ocupando aproximadamente 9,6% da área total de Pernambuco e 1,5% da população, apresentando densidade populacional (57,48 pessoas por km<sup>2</sup>) ainda longe da média do estado (89,6 pessoas por km<sup>2</sup>). Porém possui baixa taxa de urbanização, bem menor que a pernambucana, 14,11% contra 80,2%.

Contudo o crescimento populacional está 36% superior ao de Pernambuco, demonstrando um aumento da população entre 2000 e 2010 na RD de Itaparipa.

Observa-se que, embora Jatobá e Belém do São Francisco tenham sido únicos municípios da área que tiveram o crescimento populacional significativamente pequeno - com Belém do São Francisco possuindo crescimento muito abaixo do da RD de Itaparica com porcentagens de 0,02 entre os censos de 2000 e 2010 - o que indica a existência de baixo dinamismo econômico de sua sede, destacando-se entre os que tiveram maior taxa de crescimento Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Tacaratu, a última superando e muito a estadual com crescimento de quase 2,6% entre 2000-2010.

Tabela 1 – PE, MR de Itaparica: Características Gerais da População

Municípios MR Itaparica	Território em KM <sup>2</sup>	População (2010)			Dens. Demográfica	TxUrbanização (%)	TGCA 2010 - 2000 (%)
		Total	Urbana	Rural			
Belém do São Francisco	1.830,79	20.253	12.582	7.671	11,06	62,12	0,02
Carnaubeira da Penha	1.004,66	11.782	1.982	9.800	11,73	16,82	1,25
Floresta	3.644,15	29.285	19.973	9.312	8,04	68,2	1,71
Itacuruba	430,031	4.369	3.708	661	10,16	84,87	1,76
Jatobá	277,861	13.963	6.082	7.881	50,25	43,56	0,6
Petrolândia	1.056,59	32.492	23.621	8.871	30,75	72,7	1,75
Tacaratu	1.264,53	22.068	9.192	12.876	17,45	41,65	2,59
<b>Total MR de Itaparica</b>	<b>9.508,61</b>	<b>134.212</b>	<b>77.140</b>	<b>57.072</b>	<b>57,48</b>	<b>14,11</b>	<b>1,42</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>98.146,30</b>	<b>8.796.448</b>	<b>7.052.210</b>	<b>1.744.238</b>	<b>89,6</b>	<b>80,17</b>	<b>1,06</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se que, embora Jatobá e Belém do São Francisco tenham sido únicos municípios da área que tiveram o crescimento populacional significativamente pequeno - com Belém do São Francisco possuindo crescimento muito abaixo do da RD de Itaparica com porcentagens de 0,02 entre os censos de 2000 e 2010 - o que indica a existência de baixo dinamismo econômico de sua sede, destacando-se entre os que tiveram maior taxa de crescimento Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Tacaratu, a última superando e muito a estadual com crescimento de quase 2,6% entre 2000-2010.

Feitas essas constatações é importante ressaltar que Tacaratu, apesar de revelar crescimento demográfico significativo, sua população, em sua maioria agrária, possui baixo índice de urbanização o que também ocorre em Jatobá que 43% de taxa de urbanização e Carnaubeira da Penha com população urbana de apenas 16,7% em 2010.

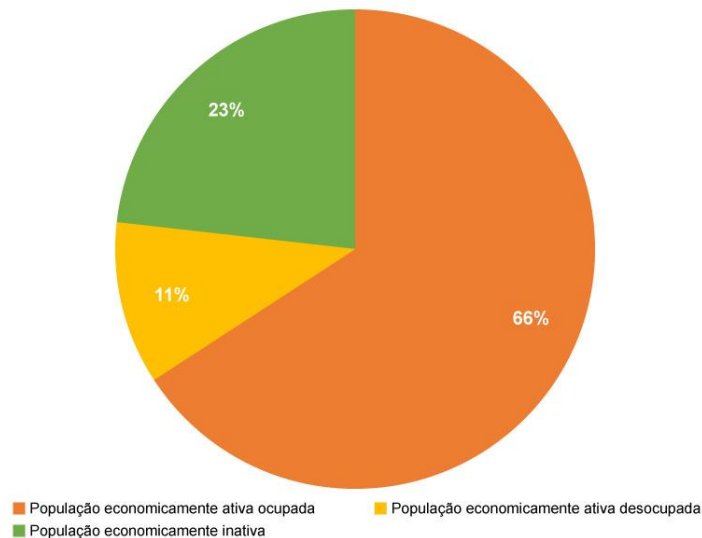
Por sua vez, o grau de urbanização da maioria dos municípios já é superior a 60%, chegando Itacuruba e Petrolândia a taxa de mais 70% de urbanização, tendo Itacuruba índice mais elevado. O que representa um importante parâmetro de mudança de paradigmas em áreas essencialmente agrárias como eram até a construção da Hidrelétrica ali. Isso diz respeito tanto à chegada de novos moradores para área urbana, quanto a não necessidade de estar diretamente no meio rural para produzir, assim como, o fato dos agricultores não terem uma única forma de trabalho.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, baseado em dados do IPEA, PNUD e FJP, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,75% em 2000 para 65,82% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da



população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,49% em 2000 para 11,03% em 2010.

**Gráfico 1 - População ativa de Petrolândia em 2010**



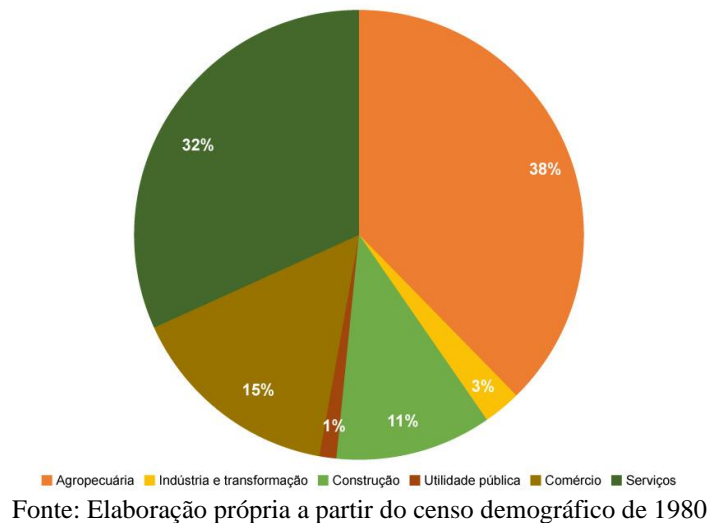
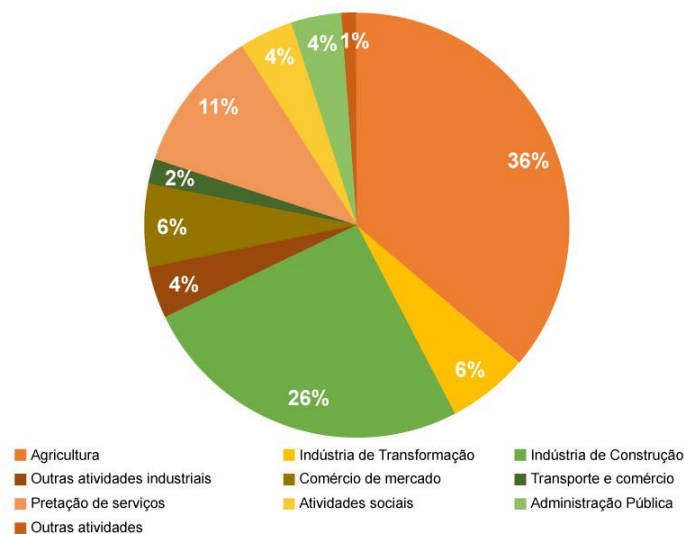
Fonte: Elaboração própria através Atlas do Desenvolvimento Humano

Apesar dos dados acima serem referentes ao censo 2010, ou seja, números que refletem a realidade da década anterior são possíveis avaliar a diminuição da taxa de desocupação em Petrolândia como uma crescente oferta de ocupação advinda de uma época de economia aquecida em todo o país. Isso em um momento em que, mais uma vez, o Sertão semiárido passava por obra de infraestrutura refletindo na demanda por mão-de-obra e oferta de serviços nas cidades do interior que as apoiassem. Contudo, para um município de população tão jovem, a taxa de 11% é um elevado percentual. O que também nos traz a questão sobre trabalho formal e informal.

A seguir, podemos comparar as atividades econômicas de Petrolândia na década da construção da Hidroelétrica com as dos dias atuais (até onde constam os dados oficiais).

De 11 para 6 %, é verificado grande mudança no setor de serviços, principalmente. Sua ascensão pode ser interpretada como alternativa para uma sociedade que foi essencialmente agrária. No entanto, viu-se obrigada a reelaborar a sua forma de sustento.



**Gráfico 2 - Atividades econômicas de Petrolândia em 2010****Gráfico 3 - Atividades econômicas de Petrolândia em 2010**

É importante ressaltar que embora a irrigação tenha trazido enorme mudança na forma de produzir nas áreas reassentadas, a forma desigual como foi feita a implementação deste novo aparato tecnológico de trabalho foi exposta nas falas a seguir:

“Fui tentar trabalhar em Petrolina quando terminei o ensino médio, mas não consegui nada. Voltei *pra* roça. [...] Só eu que continuei, meus irmãos casaram e foram morar na cidade [...] trabalham de moto-táxi, faz bico”. (Entrevistado 8, morador de Agrovila em Petrolândia).

“A gente plantava *pros* outros, mas quando mudou não tinha mais como viver de roça [...] As mulheres lá de casa foram trabalhar em casa de família, os homens foram fazer outro serviço... de gari, pedreiro.” (Entrevistada 9, moradora da cidade de Petrolândia)



“Tenho dois empregos. Na roça e na empresa [...]. Como não tem irrigação, só quando chove. E agora tem muita cerca. Talvez a gente pare de criar também por não ter mais pastagem. O futuro é empresa porque na roça tá difícil.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia).

“Quando teve a barragem, a CHESF veio e disse que tinha que sair, mas pela lei do reassentamento tinha que receber agrovila. Mas o sindicato naquele tempo protegeu mais os de fora do que os de dentro. E eu fiquei nessa situação. [...]. Eu não tive assentamento. Eles disseram que tinha que derrubar a casa. Agora também é a atitude das pessoas, todo mundo *tava* deixando pra lá. Chegou um dia de quinta-feira, derrubar a casa que eu tinha acabado de fazer. Chegou lá eu mandei dizer que segurasse o tratorista que se derrubasse a minha casa eu derrubava ele. Ia ser ele ou eu. Disseram que eu ia receber uma casa, mas não deixei derrubar a minha.

(Entrevistado 4, morador do povoado do Brejinho e da cidade de Petrolândia).

Muito embora absolutamente todos os entrevistados digam preferir o novo município, referindo-se ao antigo apenas com saudosismo, os reassentados beneficiados em menor escala e até em muitos casos, injustamente, apontam como demonstrado acima insatisfação sobre as novas condições de vida e até com revolta pelo modo como todo processo ocorreu.

“Não, a gente devia ter recebido terra irrigada. Doze anos depois disseram que não iam irrigar, iam indenizar. [...]. Foi melhor. Mesmo assim foi melhor.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia). Ou seja, o mínimo acesso a melhores condições de vida é considerado melhor que a nula intenção existente pela parte do Estado de contribuir para o desenvolvimento sustentável das pessoas naquela área. Uma frase corriqueiramente que se escutou neste sentido foi: “A CHESF colocou Petrolândia no mapa” referindo-se à visibilidade que o município ganhou após a mudança territorial-ambiental.

Outros números nos mostram que o marco da mudança inicia logo na construção da barragem onde verificamos que, de 26 para 11%, o setor da construção civil demonstrando também o quanto este grande evento foi relevante. Parte dos entrevistados relata que havia tentado trabalhar em outros estados ou mesmo nunca haviam residido em Petrolândia, no entanto, regressaram ou ali chegaram para a construção que estava em curso.

## Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo buscou compreender as inter-relações entre trabalho e meio ambiente no atual contexto da reconfiguração rural-urbana no município de Petrolândia, o que nos situa nos últimos trinta anos desde a construção da barragem de Itaparica e o reassentamento deste contingente populacional tecendo novo ambiente de vida.



A escolha metodológica partiu, portanto, deste objeto de estudo, iniciado pelo conhecimento empírico da autora e pela busca dos marcos históricos e processuais dos acontecimentos. Passando pelo levantamento socioeconômico e pelas entrevistas com agentes sociais que participaram e/ou sentem hoje os efeitos da mudança em termos de território e ambiente.

O ambiente de trabalho no antigo município abrigava práticas que incontestavelmente necessitavam de aperfeiçoamento, principalmente, pelas características físicas do local. No entanto, todo fruto positivo da mudança foi resultado da conquista feita através da luta social por condições de vida digna após a violação daqueles territórios. O que gerou maior organização sindical que se tornou relevante no interior do estado de Pernambuco.

Assim, para compreender as interrelações em epígrafe, no contexto da reconfiguração do rural-urbana atual, fez-se necessário entender o processo de implementação da irrigação na agricultura ligada à modernização mundo econômico globalizado, que em todos os âmbitos se desenvolveu de forma desigual.

As consideráveis melhoras nos índices sociais mostram que o melhor aproveitamento do rio é fato relevante na vida de populações ribeirinhas. Porém, em um olhar de menor escala, as entrevistas e convivência nos revelam que, mesmo com as conquistas e melhorias tecnológicas a lida com a agricultura, a desigual distribuição do acesso a objetos e serviços gerou desigual desenvolvimento.

Como foi observado, a implementação das políticas públicas voltadas para o Nordeste foi iniciada em meados do século passado, voltadas para mitigação de graves problemas sociais. Os acontecimentos gerados a partir da construção das hidrelétricas no curso do rio São Francisco desencadeou processos de luta que hoje não mais fazem parte necessariamente da sociedade civil organizada, mas o desenvolver de cada pequeno território realocado em diferentes realidades.

Atualmente o que se nota é uma desigualdade quando do reassentamento, traduzida pela presença de grandes produtores privilegiados de um lado e a sofrida agricultura familiar de outro; o que coloca em dúvida, inclusive, a perpetuação do trabalho rural realizado pelas famílias dos pequenos produtores.

## Referências

ANDRADE. Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.



ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metaformoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Movimentos sociais: uma síntese visando à retomada do seu papel transformador.** *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, p. 19-38, 2017.

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE** <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang> > Acesso em Novembro de 2016

MARX, KARL. **O capital: Crítica da economia capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

Municípios. **Atlas do desenvolvimento humano** <[www.atlasdesenvolvimentohumano.org.br](http://www.atlasdesenvolvimentohumano.org.br)> Acesso Novembro de 2016 Municípios. **Banco de Dados do Estado de Pernambuco.**

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Universitária UFPE, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Reestruturação produtiva do Capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** *Revista pegada*, V5, N 1, Presidente Prudente: 2004.

VIANNA, Aurélio. **Políticas de desenvolvimento no vale do São Francisco: O polo sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.** Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.